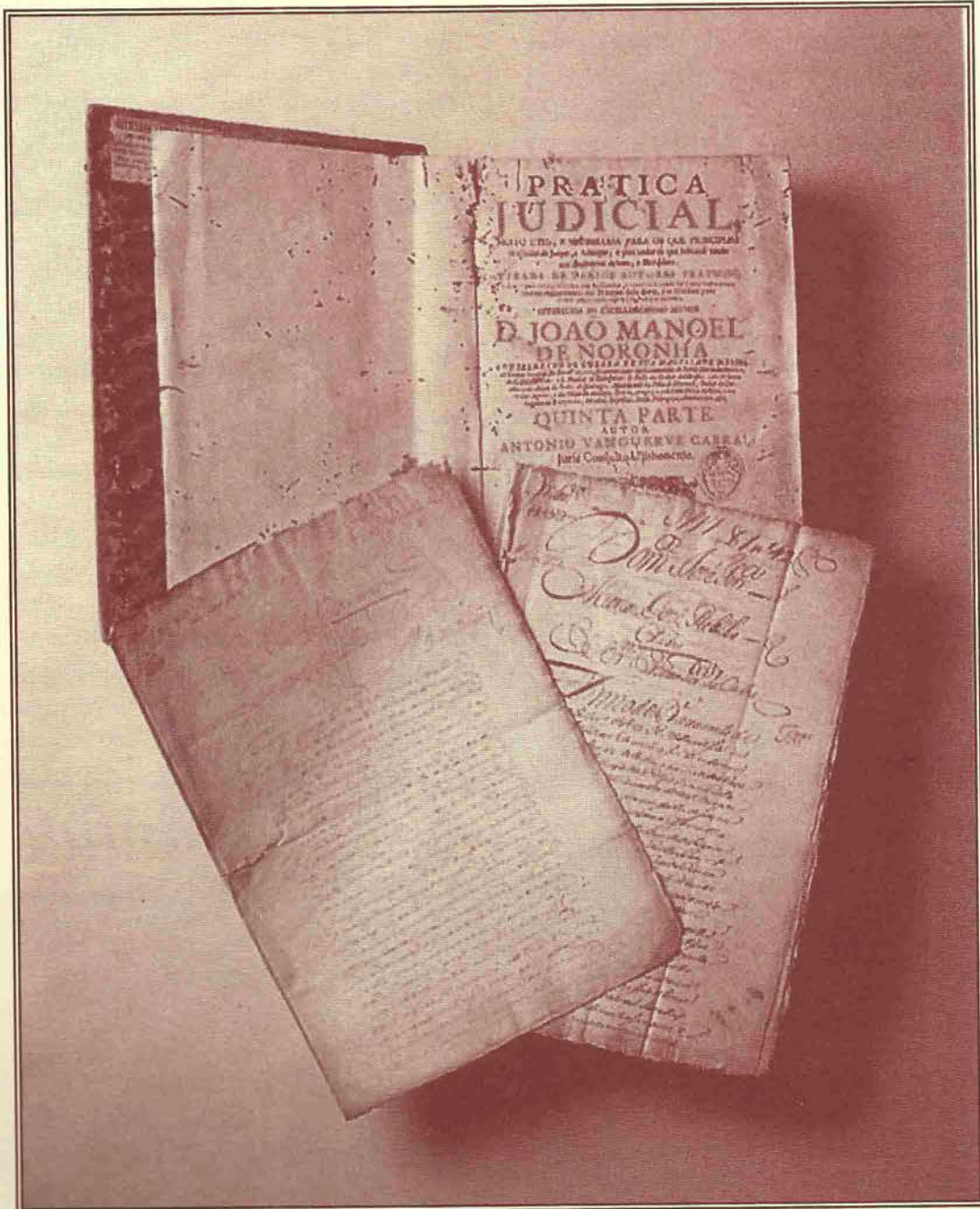




isto é inconfidência

BOLETIM INFORMATIVO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA

ANO V • Nº 11 • 2003



O início de tudo, um incêndio



O público que visita o Museu da Inconfidência e sai impressionado com a força e a exuberância do acervo reunido na exposição permanente, normalmente não chega a tomar conhecimento da inteira significação do órgão que funciona com a sua casa maior localizada à Praça Tiradentes, em Ouro Preto. E ao dizer isso, não se está pretendendo, mais uma vez, chamar a atenção para o Panteão dos Inconfidentes, monumento que determinou a origem do órgão, elevando-o à condição de símbolo cívico da pátria - local de peregrinação a atrair, tanto as autoridades quanto a multidão de brasileiros que ali comparecem desejosos de um encontro com as raízes da nacionalidade. O que se procura por em relevo é a importância do Arquivo Histórico, rico manancial de documentos que constitui o lado invisível da instituição, só perceptível a privilegiados que possuam vocação para o mergulho no passado e se encontrem munidos das lentes corretoras de uma adequada formação cultural.

Se a exposição permanente oferece um esboço do que foi a Vila Rica mineradora do séc. XVIII e começos dos séc. XIX, só os manuscritos recolhidos na Casa do Pilar têm condições para levantar diante dos nossos olhos um quadro vital amplo e dinâmico, uma multidão de pessoas movendo-se no seu tempo histórico, falando e agindo, acusando e se defendendo, revelando as suas crenças, os seus medos, a sua posição diante da igreja e no conjunto das classes sociais. A representação museológica possui inevitavelmente as suas limitações. Nenhuma estratégia, nenhum artifício seria capaz de trazer para dentro de um conjunto de salas de exposição - por maior que fosse o espaço disponível e por mais modernos e diversificados que se apresentassem os recursos audio-visuais utilizados - toda a gama de complexidade que pode resultar de um esforço da prospecção de arqueologia histórica em nossa documentação de papel. Não é por outra razão que o Museu da Inconfidência, além de dar especial ênfase à atividade de pesquisa, sempre se preocupou em manter publicações adequadas para a difusão dos resultados desse trabalho. É o caminho que procura percorrer, na tentativa de socializar um tipo de informação que de outra forma ficaria restrita aos estudiosos. A circulação cultural acaba tornando menos ingênua a visão que se tenha da exposição permanente, mesmo no caso de pessoas que, por falta de apego à leitura especializada ou por falta de oportunidade, não chegam a tomar conhecimento da massa científica que se produz.

Por outro lado, é preciso que se diga, não há possibilidade de se fazer estudo completo do passado de Minas, Gerais - e portanto sobre o Brasil colonial - sem um exame do acervo reunido na Casa do Pilar. O Museu da Inconfidência possui a documentação da Justiça, enquanto o Arquivo Público Mineiro guarda a da Câmara. Sendo ambos necessários, os dois mananciais se completam. É o que tem sido entendido pelos numerosos pesquisadores, do Brasil ou do exterior, que nos freqüentam.

Capa:

PROCESSOS DE AÇÕES DE ALMA E TRATADO JURÍDICO, SÉCULO XVIII
ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA

isto é inconfidência

ANO V • Nº 11 • 2003

Publicação do
MinC - IPHAN - Museu da Inconfidência

Praça Tiradentes, 139 • Cep 35400-000

Ouro Preto • Minas Gerais

Fone fax (31) 3551 1121 e 3551 5233

museuinc@feop.com.br

Tiragem:

1500 exemplares

Periodicidade:

Trimestral

Projeto Gráfico

Laís Freire dos Reis

Editor

Rui Mourão

A política de preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil surgiu a partir da área museológica. Essa ligação umbilical entre a atividade que documenta e difunde e a outra, mais de choque, dedicada à recuperação de monumentos arquitetônicos e à proteção das malhas urbanas de centros históricos, com o tempo parece que ficou esquecida. Mas no momento em que, com objetivos nada culturais, começa a ser discutida a possibilidade de desvinculação das duas vertentes, é oportuno que a questão seja avivada na memória.

Ao serem esvaziados os pavilhões da Exposição Internacional do Centenário da Independência, que se encerrava em 1922 no Rio de Janeiro, o historiador Gustavo Barroso, personalidade influente, reivindicou os prédios do antigo Arsenal de Guerra e da Casa do Trem para criação do Museu Histórico Nacional. Militante do Partido Integralista, do qual era um dos chefes supremos, a sua ambição não ficaria limitada à iniciativa de reunir o notável acervo que os brasileiros passaram a poder contemplar nos casarões da Praça Marechal Âncora. Inaugurada a instituição, logo ele trataria de ampliar o escopo do projeto para englobar a Inspeção dos Monumentos Nacionais, com a missão de levantar o catálogo das construções de valor histórico e artístico dispersas pelo país, ocupar-se da fiscalização desse patrimônio e do comércio de obras de arte, além de fazer a indicação das unidades arquitetônicas que deveriam, por decreto do governo, serem declaradas monumentos nacionais. Com essa tarefa de vulto pela frente, o Museu entrou a articular-se com os governos estaduais, tomando providências para uniformizar a legislação pertinente e estabelecer condições para viabilizar a proteção e restauração patrimoniais.

No momento da fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no governo de Getúlio Vargas, um princípio de trabalho, portanto, estava realizado. Na verdade, o que o novo órgão fez foi recolher e ampliar as idéias da Inspeção dos Monumentos Nacionais, embora sempre recusando a condição de sucessor. A atitude de negar qualquer vínculo com o que havia existido anteriormente era natural. O interesse naquele momento estava em projetar uma repartição voltada para o futuro, para a modernidade, e que exorcizasse o fantasma do passadismo daquela que estava sendo substituída, colocando-se sob a inspiração da Semana de Arte de 1922. Principalmenteurgia

ser posta de lado a cabeça museológica que a tudo havia precedido.

A mesma inadequação ideológica que se procurou corrigir na estrutura montada para o trabalho de campo - de salvamento da significativa herança deixada por antigos arquitetos e urbanistas em nossos sítios históricos - existia em condições agravadas no serviço destinado a abrigar as coleções de objetos móveis, a outra parte documental da caminhada da nossa civilização no passado. Gustavo Barroso havia exacerbado ali as obsessões que o levaram a abraçar as teorias do messianismo político, desejando pôr em prática um proselitismo cultural baseado no culto do herói pelo herói, na valorização de uma aristocracia de construtores de mundo vaticinados, desligados da realidade do comum dos mortais, o que agredia as consciências já comprometidas com os ideais democráticos dos novos tempos.

O órgão que surgia com grandes limitações de ordem material, obrigado de qualquer forma a mostrar serviço para se consolidar, viu-se na contingência de ter que fazer opção

Museu e Patrimônio Histórico



Salão onde são mostrados objetos da casa mineira por realizações de maior visibilidade, o que acabou contemplando o universo das chamadas obras de pedra e cal, publicamente exteriorizadas por natureza e de constante presença na vida das pessoas.

Essa tomada de rumo inicial não significou que, àquela altura, estivesse acontecendo uma mudança de concepção envolvendo os responsáveis pela administração do patrimônio cultural. O projeto básico, encomendado a Mário de Andrade pelo ministro Gustavo Capanema, continuava vigente e ele constituía naquele momento - como constitui até hoje - a concepção de maior arrojo já pensada sobre a matéria entre nós. Nele se aconselha, o braço dos museus deve completar o dos monumentos arquitetônicos e urbanísticos.

A pouco mais de meio século, precisamente em 1950, um incêndio acabaria com o Fórum de Ouro Preto. Na Praça Tiradentes, onde hoje funciona o Diretório Acadêmico dos estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto. Como se tornou impossível debelar as chamas, logo estaria convertido em cinzas o imponente edifício neoclássico, construído quando ao lado não mais existia a primitiva Igreja de Santa Rita. A multidão que se juntou atraída pelo sinistro e atônita assistia ao crepitar do fogo, acabou contribuindo com ato generoso de desprendimento, ao enfrentar o perigo e remover, do interior da construção a esboroar-se, centenas de processos judiciais que se encontravam nos cartórios. Os volumes foram simplesmente atirados para a rua, porque a tarefa era grande e o tempo tornava-se dramaticamente mais curto.

O episódio passaria à História, que não ficou sendo apenas local. Rodrigo Mello Franco de Andrade, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a colaboração do povo, salvara da calcinação documentos preciosos para o estudo da sociedade formada na região das Minas. O entendimento do Brasil colonial ficaria definitivamente prejudicado se, naquele momento, não tivesse havido a confluência do heroísmo popular e a percepção do intelectual capaz de calcular o risco que estava a correr a causa da preservação do patrimônio. O ato revestiu-se de importância verdadeira. Perdeu-se o monumento arquitetônico valioso, mas salvou-se o principal.

O que o heroísmo não resolveria

A partir dali, começariam a se manifestar as conhecidas circunstâncias que interferem para tornar quase inviável a administração cultural no país. A papelada chamuscada, depois de limpa, não encontrou abrigo adequado para ser recolhida. Teve que ser transportada para o sótão da Casa da Baronesa, onde funcionava a representação do IPHAN, cômodo freqüentado por ratazanas, dominado pelas traças e desprotegido com relação a goteiras. Tomados ao incêndio, salvos de perigo os documentos não se encontravam. Quando não eram destruídos pelos agentes naturais de comprovada eficácia, caía nas mãos de advogados que acrescentavam anotações nas suas margens, rasgavam páginas para instruir petições que iam ser apresentadas em outras causas em andamento, ou simplesmente desapareciam com processos inteiros. Justiça seja feita, o vandalismo praticado não ficava apenas à conta de advogados. Pesquisadores renomados, atacados de um excesso de entusiasmo por essa ou aquela preciosidade encontrada, não vacilavam diante da tentação de cometer apropriações indébitas. Trocavam o escrúpulo pelo interesse científico e simplesmente afanavam quantas peças o estivessem tentando.

A salvação afinal

Apesar de todos esses percalços, certo ordenamento do material de qualquer forma foi se fazendo. A princípio não se pôde sequer pensar na contratação de funcionário, servente que fosse, para defender o acervo contra os elementos naturais de destruição e com a sua presença impor um basta na situação de desmando que se perpetuava. Pequena ajuda surgiu por parte do Museu da Inconfidência. O guarda de sala Armando Araújo, que havia aprendido a lidar com documentos daquela natureza prestando serviço a cartórios de Ouro Preto, foi convocado para, sem prejuízos das suas ocupações normais, dar jeito na papelada - salva das chamas mas que mais parecia um entulho - tanto mais baralhado quanto mais remexido. Trabalhando quando podia, sem a preocupação de prazo para terminar a tarefa, ele deu início a um ordenamento na massa de processos. O que foi surgindo, um princípio de organização semelhante ao que existia nos cartórios. Dada por concluída a sua intervenção, ele continuaria aparecendo no sótão e oferecendo alguma ajuda extra, porque o seu chefe, o pesquisador cômico Trindade, que dirigia o Museu, o descobriu como possibilidade de coleta de dados naquele manancial riquíssimo.

Em 1974, contratada por serviços prestados, despontou Suely Maria Perucci Esteves, pessoa já com experiência de auxiliar de pesquisa adquirida na Fundação de Arte de Ouro Preto. Sua tarefa, entretanto, a princípio seria a de mera guardiã da documentação. Começou usando aspirador de pó, aplicando álcool na limpeza das peças, fazendo a desinfestação e a

O iní
tu
um in



Processos referentes aos réus eclesiásticos.

cio de do, cêndio

aeração do ambiente. Promoveu também a caça aos agentes naturais de destruição e se apresentou na condição de responsável técnico, para afugentar a fauna dos pesquisadores predadores. Criado o Grupo de Museus e Casas Históricas de Minas Gerais, o arquivo da Casa da Baronesa passaria à órbita do cabeça do sistema, o Museu da Inconfidência.

O abrigo que apareceu

A instituição maior da Praça Tiradentes, embora ainda estivesse apenas começando a obra da sua revitalização e modernização, atravessava fase de incontestável brilho. Implantava-se um corpo técnico diversificado, com o contrato de profissionais de várias especialidades, multiplicavam-se os serviços, ampliava-se o espaço físico. Quando a Casa do Pilar, terminada de restaurar, foi incorporada como Anexo III, para lá seguiu a Suely e a documentação. Naquele endereço difícil, no alto do morro a caminho da Matriz do Pilar, o arquivo de qualquer forma encontraria espaço suficiente para se desafogar e condições apropriadas para atendimento do público.

O novo ambiente logo se revelaria inclusive propício à expansão. No primeiro momento, a coleção de processos judiciais, que já contava com a companhia de uma coleção de partituras musicais provenientes de Pitangui, viu-se engrossada pelo arquivo do Barão de Camargos e avulsos que, por falta de outra opção, há anos se encontravam depositados no gabinete do diretor do Museu. Outras agregações se seguiram. De manuscritos e impressos, na forma de avulsos e códices. O Fórum local por diversas vezes deu a sua contribuição, transferindo processos que iam sendo dispensados das obrigações com a rotina do Fórum e eram considerados de valor histórico.

Em 1980, o Museu arrematou em leilão, na Inglaterra, 72 peças da devassa da Inconfidência relativa aos réus eclesiásticos e pouco depois comprava em Montevidéu, no Uruguai, a coleção Francisco Curt Lange, de manuscritos da música colonial que traziam agregadas composições de períodos mais recentes, envolvendo um total de cerca de 1000 obras. Mais coleções de música colonial noutra fase seriam incorporadas. Grande massa de documentos provenientes das Coletorias Estadual e Federal de Ouro Preto, da Caixa Econômica Particular de Ouro Preto e da Administração Geral dos Diamantes, no Tejuco. Posteriormente se reuniu naquele todo também, é claro, o restante da documentação que o Museu possuía, sobre os inconfidentes e o Aleijadinho.

As bases definitivas

Para administrar esse patrimônio valioso e, àquela altura, variado e complexo, o Museu buscou criar condições favoráveis, promovendo o aprimoramento e a ampliação tanto dos seus serviços quanto do seu quadro funcional. Despachou Suely Perucci Esteves para a Argentina, onde realizaria curso de arquivista, antes de se formar em história pela Universidade de Ouro Preto, fez o recrutamento de nova historiadora, Carmem Silvia Lemos, realizou convênio com a UNESP para que o musicólogo Régis Duprat pudesse coordenar o trabalho de valorização do acervo musical, contratou o maestro Carlos Alberto Baltazar e depois, para substituí-lo, a musicóloga Mary Ângela Biason. Carmem e Mary Ângela acabam de defender tese de mestrado. Completando tais providências, foi ampliado o Laboratório de Conservação e Restauração, que passou a incluir ateliê especializado em papel. O acervo se encontra classificado, catalogado e na sua totalidade microfilmado. Criou-se um site na Internet, que começa a ser implementado.

A infraestrutura que se montou obedece às melhores recomendações técnicas. Os documentos são acondicionados em caixas de papel neutro, que os protegem da acidificação, mapas e plantas são recolhidos a mapotecas. No momento, está sendo planejada a construção de caixa forte que deverá resguardar todo o acervo em condições ideais, colocando-o ao abrigo do ataque dos agentes naturais, além de torná-lo imune com relação às ameaças que vêm da água e o fogo. Os computadores utilizados pelo setor são numerosos e atualizados, incluindo um sistema de rede para atendimento ao usuário.





Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência guarda importante documentação proveniente dos órgãos de justiça e administração de Vila Rica. No período, a justiça local era praticada pelo juiz ordinário com

seus auxiliares, tabeliães, alcaides e escrivães. A mesma autoridade exercia também funções administrativas, por acumular a presidência do Senado da Câmara. Enquanto servidora da justiça, era obrigada a proceder devassas para apuração dos delitos que afetavam o sossego público.

Os casos que exigiam inquirições estavam definidos na legislação do Império Português, mais especificamente nas Ordenações Filipinas de 1603. Eram aqueles de morte; incêndio; fuga e arrombamento de cadeia; uso de moeda falsa; resistência e ofensa à justiça; cárcere privado; roubo de marco de prata ou mais; furto em caminho ou no campo; saque de arma em Igreja, procissão ou na corte; injúria física, grande ou pequena praticada à noite; ferimento no rosto, aleijão de algum membro ou ferida com besta, espingarda ou arcabuz; e motim (Rio de Janeiro, Tipografia do Instituto Filomático, 1882).

As fugas da cadeia de Vila Rica originaram três devassas, duas delas na Casa de Câmara e Cadeia, hoje sede do Museu da Inconfidência. Na de 1779, fugiram oito presos, todos incriminados pelo juiz ordinário, ouvidas 30 testemunhos de homens, 20 deles presos e os demais moradores próximos à cadeia. É recorrente, nos relatos dos presos, a denúncia de que os fugitivos escaparam por buraco aberto no assoalho da Casa de Audiências, chegando um dos depoentes a acusar, como executor do rombo, "um mulato carapina, escravo do mestre de campo Inácio Correia Pamplona (AHMI, cód. 448/auto 9436/1º of. testemunha 15).

Na de 1793, fugiram da cadeia dois soldados do Regimento Regular da Capitania de Minas. As testemunhas, 29 homens e uma mulher, achavam-se presas, sendo elevado entre elas o número de soldados, 16 oficiais, além de dois caçadores do mesmo Regimento. Nos autos não constou ter havido arrombamento em grades, paredes ou assoalho. A suspeita da fuga por uma fresta na comua (privada), levantada pelo furriel e reafirmada por 25 depoentes foi descartada após a verificação de, na antiga fresta, não existirem sinais de arrombamento fresco, nem dentro nem fora da cadeia. Na recomposição dos fatos, o carcereiro informou que das duas para as três horas da noite, "ouvindo ladrar um cão que tinha no pátio, acudiu a ver o que era e viu correr um homem nu pela escada da enxovia das mulheres, e saltara o mesmo sobre a casa do carcereiro, e daí fugira pelo campo de São Francisco", mas nenhum depoente se referiu a tal ocorrência (AHMI, cód. 48/auto 9450/1º of.).

Pontos obscuros desta devassa chamam a atenção. A uniformidade das narrativas dos presos deixam a impressão de falas repetitivas, como que ensaiadas e sem dissonâncias, originárias de uma mesma fonte. Estariam eles sob pressão dos oficiais, conforme sugere o depoimento do alcaide Manuel Alves de Sá, oficial de justiça em Vila Rica, que dizia saber do delito "por se achar preso, e que os soldados persuadiram os presos dizendo que a fuga se deu por aquela fresta"? A versão da escapada pelo "quartinho" poderia ter sido forjada para dissimular possíveis suspeitas de que os oficiais inferiores da cadeia tivessem facilitado a ocorrência, já que não se encontraram vestígios de rombo no prédio. É intrigante também o juiz não ter apontado

Fugas na cadeia de Vila Rica

culpado, quando os nomes dos soldados da Cavalaria evadidos apareceram no sumário de abertura dos autos.

A terceira fuga, de 1805, foi de três presos que, segundo o auto de corpo delicto, fugiram "pela porta, abrindo-se-lhe a mesma para esse fim". O carcereiro, morador no pátio, foi considerado culpado. Das 31 testemunhas, cinco estavam presas e 21 declararam acreditar na inocência do carcereiro, considerado homem de "bom conceito" e "muito exato". O depoimento da única mulher, Ana Luísa do Sacramento, é de tal preciosidade que não transcrevê-lo, apesar de extenso, seria privar o leitor de saborosa narrativa. Dizia saber do delito,

(...) em razão de se achar morando na cadeia desta Vila por ser a que cozinava e lavava para o carcereiro que foi Joaquim José de Santana, que achando-se este a dormir na noite do dia vinte e seis para o de vinte e sete do corrente e em todo o seu sossego, ouviu ela testemunha gritar o preso Joaquim, homem branco que se achava na prisão do xadrez da mesma cadeia, pelo dito carcereiro, o qual tendo se recolhido deixando a cadeia toda fechada aos presos, debaixo de chave na forma do costume (...) Ela ouviu o gritos de Joaquim e acordou ao carcereiro e este foi averiguar a prisão e os presos (...) e achando as portas abertas lançou as mãos a cabeça dizendo que estava perdido, chegando a chorar, e lhe deu uma tonteira ou desmaio por achar faltos os presos Salvador Garcia, António Francisco Duarte e João Pimentel da Costa, ficando ele carcereiro tão falto de ânimo, transportado e duvidoso, que não sabia o que havia de fazer e vendo ela testemunha que se ia aproximando o dia assim como os presos, principalmente José Pereira, lhe disseram todos que era melhor de fora mostrar a sua inocência do que deixar-se ficar ali na cadeia aonde havia de padecer mais e, resolvendo-se ele então a retirar-se, recomendou a ela testemunha que tirasse conta nos poucos trastes que ele ali tinha e lhos guardasse pois se ia embora e não sabia ainda para onde e, abraçando-se o mesmo carcereiro com uma sua enjeitada que terá um ano de idade, começou a chorar com ela nos braços e despedindo-se se retirou, sendo certo que ele não cooperou de forma alguma para a fugida dos presos (...) achando-se as portas fechadas e as chaves com o mesmo carcereiro que depois as foi achar abertas sem ter removido do si [ilegível] [removido do cinto] as ditas chaves e com efeito não podiam eles presos sair sem isso e lhe era muito fácil porquanto tinham a seu favor uma mulher de nome Dona Mariana Francisca de Jesus, casada com um soldado da Tropa de Linha desta Capitania de nome Joaquim José de Souza Gonçalves, que estava sempre com os ditos presos a concursar em segredo (...) sendo certo que a mesma mulher nas vésperas da fugida dos referidos presos era quando mais frequentava e foi ao corte da Praça comprar de uma vez, em mão de Manuel Luis, meia arroba de carne, rogando lhe a desse boa que era para a matalotagem (provisão de mantimento) de um conhecido que ia para fora, perguntando mais se tinha alguma pistola que lhe quise digo, que lhe quisesse vender para o mesmo, (...) e que de tudo isto sabe que o carcereiro se acha inocente maiormente pelo ver que os ditos presos fugidos lhe deram coisa nenhuma, nem tinham para isso (...) e tanto isto é assim que o mesmo Salvador na fugida se foi com um relógio do dito carcereiro que nada mais tinha de seu (...) e sendo lhe lido o referimento que nela fez a testemunha, o Alferes Pedro da Costa Fonseca, disse ser o mesmo referimento verdadeiro, conforme o que jurado tem e mais não disse (AHMI, cód.447/auto 9409/1º of.).

O testemunho da cozinheira, tão veemente na defesa do carcereiro, exaltando sua figura humana ao expor tanto os sentimentos de medo, angústia e afeto quanto o zelo com que desempenhava seu ofício, e mais outros 20 depoimentos favoráveis não foram capazes de convencer o juiz que manteve o julgamento inicial acusatório. As razões da severa decisão, contrária ao depoimento de todas as testemunhas provavelmente era resultado do expediente jurídico da exemplaridade, para inibir os que porventura alimentassem o desejo de dar cobertura a fugas, com a formação de redes de auxílio a fugitivos.

CARMEM SILVIA LEMOS HISTORIADORA

Sala Manoel da Costa Athaíde

☛ O Museu da Inconfidência inaugurou no dia 29 de novembro, na Sala Manoel da Costa Athaíde, a exposição temporária "África sob novo olhar", mostra de objetos da arte antiga e artesanato africano de varias tribos e regiões. Em parceria com Adriana African Arts, figuraram também na exposição óleos sobre tela da africana Lena Poinha - um verdadeiro safari pelo interior da África.

☛ No dia 10 de janeiro às 20h30, foi inaugurada a exposição de arte contemporânea de Lúcio Barreto, residente em Ouro Preto. Grandes telas mostram um contraste entre preto e vermelho, onde a ausência de luz revela trabalho de pesquisa desenvolvido pelo artista na Europa.

A exposição estará aberta até 9 de fevereiro, das 12 às 17h30.

☛ No dia 14 de fevereiro, às 20h30, abertura da exposição de arte contemporânea "Geologia Interior", do inglês Hugo Moss. Os pigmentos utilizados foram retirados em boa parte das terras e de minerais recolhidos nas proximidades de Ouro Preto e Mariana. A liberdade da invenção de formas resultou num trabalho onde interagem razão e emoção.

A exposição estará aberta até 16 de março, das 12 às 17h30.

Auditório, Anexo I

Projeto Vídeo no Anexo

☛ Em janeiro, no período de 13 a 17, o Museu da Inconfidência estará realizando, no Projeto Vídeo no Anexo, a 1ª Semana de Arte Moderna. O programa consiste na exibição de filmes comentados, palestras e mesa redonda sobre a filmografia que marcou a Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, quando se revelaram expoentes das artes no Brasil. A programação, desenvolvida em parceria com a Universidade Federal de Ouro Preto, estará acontecendo nos horários da tarde e à noite.

Ainda em janeiro o Projeto Vídeo no Anexo retomará sua programação livre, com exibição de super-lançamentos do cinema todas as quartas-feiras, às 19h30.

☛ A partir da primeira semana de fevereiro, estaremos realizando programa de intercâmbio com outras instituições do IPHAN. Serão mostrados curtas e longa-metragens de diretores brasileiros que fizeram a história do cinema.

O programa será iniciado com Humberto Mauro, considerado o pai do cinema brasileiro, no período de 3 a 7 de fevereiro. Serão exibidos filmes do chamado Ciclo de Cataguazes de sua fase na Cinédia e com Carmen Santos, no Rio de Janeiro.

Projeto Vídeo Científico

☛ Em março, 8, dia Internacional da Mulher, estaremos realizando em parceria com a REGAR - Rede de Geração e Gênero e a Secretaria Municipal de Saúde, o programa Mulher, Saúde e Direitos. Com a finalidade de informar sobre a prevenção de doenças e controle de natalidade, o evento informará sobre os serviços gratuitos que o município oferece e os direitos legais da mulher.

Haverá exibição de filmes, palestras, debates e distribuição de textos.

Área Pedagógica

☛ A equipe pedagógica coordena, em janeiro, a Oficina de Férias Caçadores da Luz, projeto de registro fotográfico das mudanças que se operam no meio, apreendendo a necessidade de preservação do patrimônio cultural.

A oficina atua de modo artesanal a montagem de estúdio para criação com câmera fotográfica, até o processo de revelação. Serão trabalhados os conceitos de memória, identidade e patrimônio, alteridade e cidadania.

A oficina, aberta à comunidade, terá duração aproximada de dez dias.

O QUE DISSERAM SOBRE NÓS

Por impossibilidade de comunicação com o autor, no *Isto é Inconfidência* nº 10, a matéria "Padre, Livro e Equívoco" apresentou incorreções que ficaram sendo de responsabilidade da revisão: o livro resenhado é de Roberto, não de Alberto; *Inconfidência Mineira: uma síntese factual* é de Márcio, não de Inácio Jardim; o primeiro sobrenome de José Crux Vieira não é com z; a pesquisa do autor sobre a morte de Cláudio Manoel da Costa saiu no *Jornal da Tarde* de 13/10/01, não no *Estado de São Paulo*.

A REDAÇÃO

Quero agradecer a Patrícia Carvalho os elogios à apresentação gráfica de *Isto é*, estendendo o agradecimento à equipe do *Inconfidência* pelas excelentes oportunidades, tanto de participar quanto de desfrutar de suas iniciativas.

LAIS FREIRE DOS REIS
COMUNICADORA VISUAL

Isto é nº 10, trazendo merecida homenagem ao centenário de nascimento de Carlos Drummond de Andrade, mostra aspectos desconhecidos da sua história, no artigo "Um Arquivista no IPHAN". Impressionam a singeleza e profundidade com que o assunto é tratado.

MARCOS MENDONÇA
SECRETÁRIO DE CULTURA DO
ESTADO DE SÃO PAULO

Tenho recebido e lido com muito interesse *Isto é Inconfidência*, repositório da história e fatos dessa terra, cujas raízes estão estreitamente ligadas a Portugal.

OTACÍLIO FERREIRA CRISTO
VICE-CONSUL DE PORTUGAL EM BELO HORIZONTE

Isto é Inconfidência nº 10, com excelente conteúdo, coloca à tona os serviços prestados pelo poeta e jornalista Carlos Drummond de Andrade na preservação do patrimônio cultural brasileiro e também à frente da Seção de Documentação e Tombamento do IPHAN. Esse importante veículo de comunicação se encontra disponibilizado em nossa Biblioteca.

ADALGIZA MARIA BOMFIM D'EÇA
SUPERINTENDENTE REGIONAL DO
IPHAN NA BAHIA

Recebi *Isto é* nº 10 e mais de uma vez pude atestar sua qualidade técnica e elevado conteúdo. A capa com Carlos Drummond de Andrade, emblemática, é extremamente oportuna e reflexiva.

ADRIANA CASTRO
DIRETORA GERAL DO PATRIMÔNIO
CULTURAL DA BAHIA

Recebemos *Isto é Inconfidência* nº 10 e solicitamos o restante da coleção. Concluído o proces-

so de avaliação, a publicação foi considerada de grande importância pelo nosso corpo docente.

BEATRIZ MARQUES
DO SETOR DE PERIÓDICOS DA
BIBLIOTECA DA PUC MINAS

O último *Isto é* trouxe preciosidades sobre Carlos Drummond de Andrade, Joaquim Pedro de Andrade, Coelho Neto e Bilac em Ouro Preto, além de tantas informações sobre o passado e o presente cultural de nossas Minas Gerais. É sempre bom ouvir falar de Tiradentes e do patrimônio que nos legou. Citação emblemática: "Tudo se come, tudo se comunica. Tudo no coração é ceia".

MERCÊS MARIA MOREIRA
ESCRITORA

Isto é Inconfidência é recebido sempre com sabor e proveito. Ele é signo da nossa melhor crítica, tradição e modernidade. Continue com esse mesmo fervor dos nossos melhores anos 60 na UnB.

JOSÉ SANTIAGO NAUD
POETA E PROFESSOR

É covardia. Com tanta coisa para ler, eis que surge *Isto é Inconfidência* com várias matérias oportunas, como "Um arquivista no IPHAN" (imagina o CDA de arquivista), o editorial, Coelho Neto e Bilac em Ouro Preto, Joaquim Pedro e até notícias.

WANDER PIROLI
ESCRITOR

Primeiras Obras

Os primeiros passos para a reformulação do Museu da Inconfidência começam a ser dados. A parte administrativa que funcionava no prédio principal - a Casa de Câmara e Cadeia - depois de reconstruído o Anexo II, mudou-se para lá e tiveram início as obras de infraestrutura necessárias à implantação da nova exposição. O sistema elétrico existente está sendo substituído, inclusive dando oportunidade para a melhoria das condições de funcionamento do sistema de alarme e da rede telefônica, que ficarão totalmente embutidos, e os banheiros do primeiro piso passam por reforma, a fim de receberem pessoas necessitadas de cuidados especiais.

A Vitae Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social, vai patrocinar a instalação de elevador e a compra de equipamento que permitirá a visitante em cadeira de rodas deslocar-se do plano da rua para o patamar da escadaria externa.

Dinâmica Urbana

No Congresso Internacional de Dinâmica Urbana realizado em Brasília, o Museu da Inconfidência teve oportunidade de chamar atenção para o trabalho que realiza junto à comunidade. O programa desenvolvido desde a década de 70 quando, superada prolongada crise que afetou a instituição, teve início o processo da sua recuperação envolve, na área pedagógica, o Museu-escola, o Ludomuseu, o Projeto Girassol, de atendimento a portadores de doença mental e o Projeto Inconfidências, de visitas guiadas. Mas outras ações marcam a presença de diferentes setores. Da Sala Manoel da Costa Athaide, de exposições temporárias; do auditório com exibições de vídeos de entretenimento, de arte e educação ou científico - no último caso incluindo o acompanhamento de conferências de especialistas - apresentação de shows, debates com artistas, educadores, pesquisadores, promotores sociais, folcloristas, indianistas, muitas vezes acompanhados de exposição; do Setor

de Música que vem dando assistência a bandas para a classificação, catalogação e armazenamento dos seus acervos. De resto, é preciso que se faça referência a este Boletim, criado para atendimento a um público médio, que vem alcançando repercussão além da esperada, ao divulgar aspectos da cultura acumulada na casa.

Inauguração

Festa movimentada acompanhou a inauguração do novo prédio do Anexo II. Houve a reabertura, com uma exposição de instrumentos musicais, da Sala Manoel da Costa Athaide - que interrompera as atividades no período das obras, cedendo o seu espaço ao Laboratório de Conservação e Restauração - e duas vistosas apresentações tiveram lugar do lado de fora, no jardim. Animado o ambiente com a banda de música Sociedade Musical Senhor Bom Jesus de Matosinhos, que antecipou o festival do qual participaria, na manhã do dia seguinte, com seis companheiras da região, o grupo Tradições Folclóricas Chico Rei entrou em cena, para proporcionar brilhante e requintado espetáculo e mostrar, mais uma vez, a que apuro pode chegar a estilização das manifestações folclóricas.

Amilcar

Faleceu em Belo Horizonte Amilcar de Castro, escultor e desenhista que, em Minas Gerais, contribuía de forma excepcional para a evolução artística no Brasil. Como professor que foi da Fundação de Arte de Ouro Preto - FAOP, exerceu influência decisiva na formação de jovens que não esquecem as suas lições de disciplina e rigor no trato com a criação.

Trânsito

O Museu da Inconfidência aguarda com grande expectativa as providências da prefeita Marisa Xavier, agora de fato resolvida a fechar para o trânsito de veículos a Rua Vereador Antônio Pereira, que passa rente à fachada leste da Casa de Câmara e Cadeia. Providência tomada no dia 14

teve que ser cancelada poucas horas depois, mas a manobra foi apenas uma estratégia para vencer a resistência de grupos da comunidade que recusam qualquer inovação, mesmo quando se trata de resolver problemas graves da cidade e contribuir para a melhoria das condições de atendimento ao turismo.

Distinção

O Museu da Inconfidência foi contemplado com a medalha comemorativa do Centenário do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Mestre Juca

O presidente da República admitiu na Ordem do Mérito Cultural, classe Comendador, o ouropretano José Raimundo Pereira, o Juca, artesão que trabalha com pedra, contribuindo para a restauração de monumentos na cidade. No Museu da Inconfidência, o homenageado realizou inúmeras intervenções, sempre com a maior competência.

A habilidade que desenvolveu no talhar principalmente o itacolomito, arenito típico da região, o transformou num mestre que vem ajudando a formar novos oficiais na área. Com a prática adquirida em diversos cursos na Fundação de Arte de Ouro Preto e na Universidade Federal de Ouro Preto, seu Juca está sendo aproveitado pelo Projeto Monumenta, do BID, que prepara profissionais para as obras que realiza no país.

Camisa

Com a interferência do Secretário de Cultura do Estado de Minas Gerais, Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, acaba de ser transferida para o acervo do Museu, camisa de cambraia de linho, com jabô, que pertenceu ao Barão de Camargos, senador do Império, de quem o Inconfidência guarda importante arquivo.

A peça, que esteve na posse do padre José de Oliveira Vaz, filósofo recentemente falecido, foi doada por Dona Lúcia Maria Vaz Marques, bisneta do Barão de Camargos.